



Regime Change: o nome elegante da continuidade

Nos últimos meses, a expressão *Regime Change* (mudança de regime) voltou a circular com força nas manchetes no Brasil e no mundo. Quase sempre ligada à política externa dos EUA e, mais recentemente, às declarações e movimentações do governo Trump. Venezuela, Irã, Gaza: diferentes alvos, mas o mesmo discurso. À primeira vista, o termo parece apenas um nome elegante para aquilo que sempre existiu: a derrubada de um governo por outro.

Pelo dicionário “mudança de regime” é definida como “a substituição de uma administração por outra, especialmente por meio da força militar”, mas, não se trata apenas de quem governa, mas para que e para quem se governa. Entender seu funcionamento em suas nuances é uma necessidade prática para o proletariado em luta, portanto, partiremos de experiências concretas para entender mudanças de regime como um método recorrente do imperialismo capitalista, que opera internacionalmente deixando um rastro de morte, exploração e miséria.

A confusão útil entre golpe, regime e revolução

Em geral, a mudança de regime é operada contra governos que se “desviam”, por: a) redirecionar o fluxo do capital; b) assumir controle estatal de recursos; c) realizar alianças geopolíticas indesejadas; d) apresentar instabilidade que dificulta negócios. Por isso, mudanças de regime vêm acompanhadas de promessas de normalidade democrática e liberdades. Após a turbulência inicial, o que se observa, em regra, são novos nomes no poder, enquanto a organização da vida cotidiana — o trabalho, a propriedade e a repressão — permanece essencialmente a mesma. Aqui é fundamental distinguir que existem processos históricos em que a mudança política alcança a base da sociedade, alterando a forma como se produz, se trabalha e se distribui a riqueza. Estas são as revoluções. Há outros em que a transformação se limita ao topo, preservando intacta a base do sistema. Mudanças de regime pertencem a este segundo caso, mas essa confusão não é por acaso. Ela permite, por exemplo, que golpes militares sejam apresentados como “revoluções”, como ocorreu no Brasil em 1964. Muda-se o discurso, muda-se o uniforme, mas o objetivo permanece: reorganizar o poder para garantir a continuidade das mesmas relações sociais de exploração, agora sob outras mãos. Golpes de estado não são a única maneira de se mudar regimes. Legalmente também se muda um regime, a exemplo do nazismo. Vejamos quem elevou esse método de manutenção do capitalismo internacional à condição de ciência.

Estados Unidos, principal arquiteto das mudanças de regime

Historicamente, mudar regimes tem sido prática recorrente da política externa dos EUA, adaptada a diferentes contextos. No início do século XX, assumia formas diretas, como as ocupações de Cuba, Porto Rico, Haiti e Nicarágua, realizadas sem grande preocupação com legitimidade internacional, visando garantir controle político e econômico sob a lógica da Doutrina Monroe, que afirma que qualquer intervenção europeia nas Américas seria vista como uma ameaça aos EUA, reservando ao país uma posição de tutela política sobre o continente.

Durante a Guerra Fria, o método mudou: em vez de ocupações abertas, passaram a predominar intervenções indiretas, frequentemente articuladas pela CIA, como nos golpes do Irã (1953), Guatemala (1954), Brasil (1964) e Chile (1973). A retórica anticomunista legitimava a derrubada de governos considerados obstáculos, enquanto as estruturas sociais e produtivas eram reorganizadas para assegurar continuidade.

Com o fim da Guerra Fria, as mudanças de regime passaram a operar sobretudo por pressões econômicas e institucionais. Nos anos 1990, ajustes estruturais e privatizações remodelaram Estados no Leste Europeu e no espaço pós-URSS, como na Rússia após 1991, sem ruptura formal da soberania. Já no século XXI, intervenções como as do Iraque (2003) e da Líbia (2011) derrubaram regimes, mas produziram instabilidade prolongada. Apesar das mudanças de método e discurso, o padrão persiste: governos que ameaçam interesses dominantes tendem a ser substituídos, sem que a organização fundamental da vida social seja colocada em questão.

[...] Não há, portanto, nenhuma razão especial para a intervenção dos Estados Unidos na Indochina, além de sua política geral de intervir em qualquer lugar do mundo para impedir mudanças políticas e sociais que seriam prejudiciais ao chamado “mundo livre”, e particularmente à potência que o domina. Como um polvo, os Estados Unidos estendem seus tentáculos a todos os países subdesenvolvidos que ainda estão sob o domínio das relações de propriedade capitalistas privadas para assegurar sua contínua adesão ao princípio da livre iniciativa ou, pelo menos, às antigas relações de mercado que os transformam em apêndices do capitalismo ocidental.” — Paul Mattick

“Recorrer à democracia para primeiro desestabilizar e depois pacificar os países dominados não é algo que começou ontem. Em 1913, ao enviar tropas estadunidenses ao sul do Rio Grande, o presidente Wilson prometeu que permaneceria ali até que os mexicanos aceitassem ir às urnas.” — Gilles Dauvé e Karl Nesic

Mudanças de regime em 2026

O ataque estadunidense a Caracas seguido do seqüestro do presidente Nicolás Maduro no dia 03 de janeiro causou espanto não pelo fato de tratar-se de uma operação de mudança de regime no século XXI, mas por seu caráter anacrônico. Donald Trump, assume abertamente o papel de força dominante hegemônica em um retorno à Doutrina Monroe, lançando mão dos métodos modernos de guerra híbrida, manipulação da opinião pública via redes digitais e ciberataques. Um mês após o ataque, os Estados Unidos mantêm-se efetivamente no controle do fluxo dos recursos, já tendo retirado 50 milhões de barris de petróleo da Venezuela. Subordinada, a presidente interina Delcy Rodríguez se prepara para assinar uma reforma aprovada no parlamento para abrir o setor petrolífero a empresas estrangeiras, facilitando que administrem campos de petróleo, efetivamente abrindo o mercado antes controlado pela PDVSA. Donald Trump já anunciou que irá escolher as empresas que participarão da partilha. Em contrapartida, o proletariado venezuelano segue incapaz de impor uma perspectiva autônoma e superar o maniqueísmo pró e contra o chavismo.

Outro país na mira dos Estados Unidos é o Irã. Para analisar os incendiários protestos que explodiram em diversas cidades no Irã, compreender a história recente desta nação é incontornável. O país persa possui uma história complexa, marcada por diversas mudanças de regime, a exemplo da derrubada do democraticamente eleito premiê Mohammed Mossadegh em 1953 na *Operação Ajax*. Com a queda do primeiro-ministro, uma monarquia submissa aos interesses britânicos e estadunidenses é restaurada na figura do xá Mohammad Reza Pahlavi, mas sua regência alinhada aos poderes ocidentais relega o país à instabilidade econômica, enfraquecimento das camadas nacionalistas e uma repressão política brutal através da SAVAK, polícia secreta fundada e treinada pela CIA, buscando suprimir a influência soviética. Segundo o governo, os recursos do petróleo direcionados à elite deveriam financiar a criação de empregos e indústrias, espalhando a riqueza ao longo do tempo, mas na prática, acabou permanecendo concentrada nas mãos de um grupo muito restrito no topo. O plano sai pela culatra. As reformas do xá mais do que quadruplicaram o tamanho combinado das camadas da *intelligentsia* e operariado urbano, e a monarquia acabou sendo suplantada em 1979, pela chamada Revolução Islâmica que vigora até hoje.

O regime instaurado após 1979, consolidou uma teocracia autoritária em que o clero e os aparatos de segurança monopolizam o poder político e econômico, mantendo a exploração sob o discurso de soberania religiosa e nacional e reprimindo qualquer forma de dissidência. Os protestos iniciados em dezembro de 2025 espalharam-se por dezenas de cidades em meio ao colapso econômico e à desvalorização da moeda, enfrentando repressão violenta, prisões em massa e bloqueios de comunicação, revelando que a crise iraniana expressa o choque entre a necessidade material das massas e um Estado incapaz de respondê-la sem recorrer à repressão. Em meio a essa crise interna, a administração Trump elevou significativamente o tom contra o regime, ameaçando não apenas novas ações militares caso Teerã não aceite um acordo nuclear e cesse a repressão, como também anunciando o deslocamento de uma “armada maciça” de navios de guerra e aeronaves ao Golfo Pérsico para pressionar o governo iraniano a negociar ou enfrentar “consequências muito piores” do que os ataques de 2025, quando várias de suas instalações nucleares foram alvo de bombardeios coordenados com Israel e que, segundo relatórios internos, só retardaram o programa nuclear por alguns meses. A retórica agressiva com ameaças de escalada pelos EUA prossegue e reflete uma disposição explícita de intervenção devidamente estimulada pelo sionismo mundial. O regime de Teerã tem respondido igualmente agressivo, prometendo agir “decisiva e imediatamente” a qualquer ato de agressão externa e fazendo alertas de que um ataque poderia desencadear um conflito regional mais amplo.

Troca de Regime ou Revolução?

Nas recentes manifestações no Irã contra o regime dos aiatolás, é possível ver manifestantes carregando cartazes com o slogan “*Regime Change* no Irã”. A mensagem não é diferente da dos bolsonaristas na Avenida Paulista exibindo uma enorme bandeira dos Estados Unidos implorando por uma intervenção no Brasil. Por outro lado, parte dos trabalhadores defende o regime atual em nome da soberania nacional. No processo de *Regime Change*, a legitimidade das instituições burguesas frequentemente se abala, abrindo espaço para uma ofensiva proletária auto-organizada que ensaie formas de organização autônoma em contraposição ao Estado. Para aproveitar plenamente essas oportunidades o proletariado precisa estar previamente organizado de forma independente, antes mesmo que surjam estes conflitos inter-imperialistas. Enquanto a consciência política da classe se limitar a lutar por seu explorador favorito, ou pelo mal menor, o proletariado seguirá enxergando sua emancipação apenas como um horizonte inalcançável. 🇺🇸

